



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Ideflor

Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, em obediência aos termos art 146 do Regimento Interno do TCE, título III, seção IV, Inciso II.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Governo do Estado Pará

Simão Robison Oliveira Jatene
Governador do Estado do Pará

Helenilson Cunha Pontes
Vice Governador do Estado do Pará

Francisco Sérgio Belich Leão
Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística
para o Desenvolvimento Sustentável

Instituto de Desenvolvimento Florestal - IDEFLOR

Thiago Valente Novaes
Diretor Geral

Chefe de Gabinete
Eliane Vasconcelos Durans de Oliveira

DIRETORIAS

Administração e Finanças
Marília Nazareth Baetas Oliveira

Gestão de Florestas Públicas
Cíntia Soares

Desenvolvimento Florestal
Benito Barbosa Calzavara

Fundo de Desenvolvimento Florestal
Zilma Patrícia Nascimento

ASSESSORIAS DE GABINETE

Núcleo de Assessoramento Estratégico
Assessoria Jurídica
Assessoria de Comunicação
Controle Interno/Licitação

UNIDADES REGIONAIS

Xingu
Carajás

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

Baixo Amazonas



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. IDEFLOR	6
2. REALIZAÇÕES NAS ÁREAS FINALÍSTICA E DE APOIO :	8
2.1. DIRETORIA DE GESTÃO FLORESTAL	8
2.2. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL	17
2.3. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	23
3. PERSPECTIVAS	32

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



APRESENTAÇÃO

*Somos a memória que temos
e a responsabilidade que assumimos.
Sem memória não existimos,
sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.*
(José Saramago)

O Relatório de Gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará - Ideflor, do exercício de 2011, foi elaborado conforme estabelece o Regimento Interno do TCE em seu art 146º, Título III, Seção IV, inciso II, balizadas nos termos dos instrumentos legais, Plano Plurianual 2008-2011-PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, Lei Orçamentária Anual-LOA e Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF.

O presente relatório tem por objetivo fornecer os resultados de ações planejadas pelo Instituto no âmbito de sua missão institucional, concernente ao período de janeiro a dezembro de 2011, em continuidade as ações que vinham sendo desenvolvidas na gestão anterior e a necessária adequação de ações primando pelo princípio da eficiência, inserido no art. 37 da Constituição Federal, que diz, embora não se espere lucro da operação de um órgão público, é esperado que ele realize suas atividades com a máxima efetividade.

Dentre as Áreas Estratégicas de Atuação desta autarquia, destacam-se as ações efetivas de Concessão Florestal onde o Ideflor elevou o Pará ao primeiro estado no País a assinar os contratos de concessão de floresta pública em área estadual. O ano de 2011 foi um ano positivo para a instituição porque além da primeira concessão florestal no Estado, foi recuperada uma área nas Glebas Mamuru-Arapiuns, a qual entrará nas áreas previstas para as próximas concessões.

Outro projeto a ressaltar é o Projeto Tijolo Verde que teve início no final de 2011 e contém ações voltadas ao incremento do setor produtivo florestal, por meio de práticas sustentáveis de recuperação de áreas alteradas, o qual vem sendo trabalhado nas comunidades de agricultores familiares e populações tradicionais envolvidas no projeto.

Diante da política de valorização do servidor, o IDEFLOR priorizou no ano de 2011 o treinamento e capacitação dos servidores como forma de possibilitar ao corpo funcional da autarquia, a aquisição e o aprimoramento de competências agregando valor não só a instituição como ao indivíduo.

Por fim este documento faz um balanço das atividades e expressa o desempenho dos recursos orçamentário e financeiro utilizados ao longo do exercício de 2011 atrelados aos resultados alcançados a luz de sua missão institucional no estado do Pará.

Missão institucional

*Promover o desenvolvimento sustentável dos
diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de
florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a
democratização dos benefícios para a sociedade.*



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



1. IDEFLOR

O Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará —IDEFLOR é uma entidade de direito público criada através da Lei Estadual Nº 6.963, de 16 de abril de 2007 que foi constituído sob a forma de autarquia e possui autonomia técnica, administrativa e financeira.

O IDEFLOR tem por finalidade exercer a gestão de florestas públicas para produção sustentável e a gestão da política estadual para produção e desenvolvimento da cadeia florestal no Estado. Exerce ainda a função de órgão gestor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal —FUNDEFLO. Tem ainda em sua estrutura de organização a coordenação da Comissão Estadual de Floresta —COMEF, órgão consultivo do IDEFLOR, a Câmara Técnica Setorial de Florestas — CTSF, órgão consultivo do Estado para as questões técnicas florestais e a Comissão Estadual de Extrativismo – COMEX, órgão consultivo para a implementação da Política Estadual do Extrativismo.

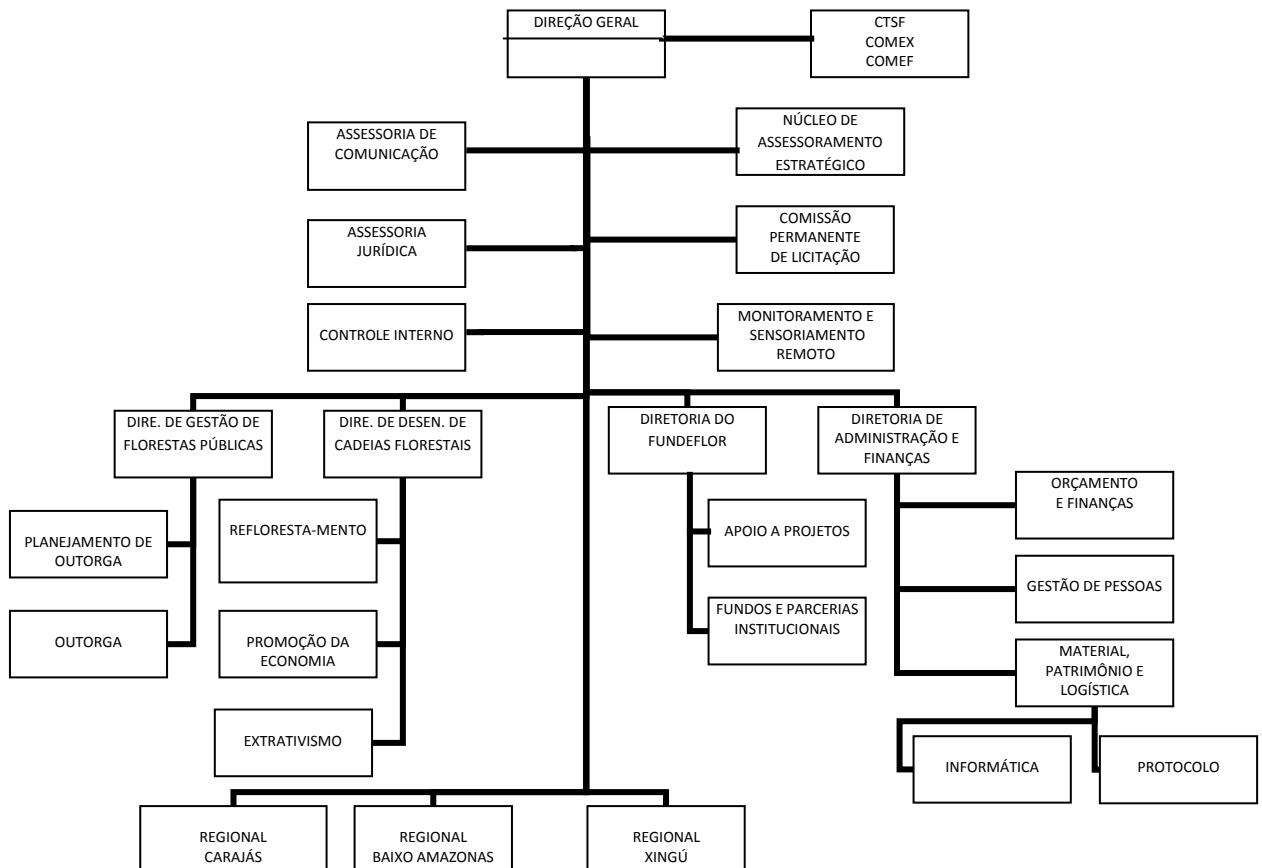
O IDEFLOR apoia o órgão ambiental licenciador e fiscalizador do Estado e as demais entidades envolvidas no segmento florestal, quanto à implantação e operacionalização do sistema estadual de controle e fiscalização de produtos florestais e mapeamento, monitoramento e controle da cobertura florestal no Estado, além do Cadastro de Florestas Públicas do Estado do Pará.

Além de Belém, onde funciona a sua sede, o IDEFLOR implementou unidades administrativas descentralizadas por intermédio de suas unidades regionais situadas em algumas Regiões de Integração- RI estratégicas para as atividades do instituto como: RI de Carajás, com estrutura instalada na sede do município de Marabá; na RI do Baixo Amazonas, instalada na sede do município de Santarém e na RI do Xingu instalada na sede do município de Altamira.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Organograma



Legenda:

Fundeflor- Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal

Comef – Comissão Estadual de Floresta

Comex – Comissão Estadual de Extrativismo

CTSFC – Câmara Técnica Setorial de Floresta

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

2. REALIZAÇÕES NAS ÁREAS FINALÍSTICAS E DE APOIO:

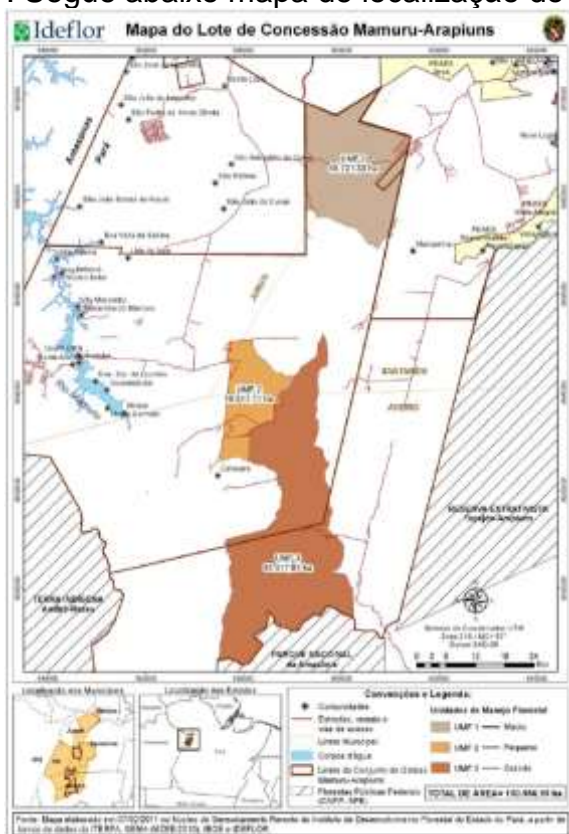
2.1. DIRETORIA DE GESTÃO FLORESTAL – DGFLOP

A Diretoria de Gestão Florestal – DGFLOP, teve como prioridade no exercício de 2011, dentro do Programa Pará Florestal, realizar as atividades em direção à missão da unidade que se consolida no planejamento, elaboração, avaliação, supervisão e execução de projetos e atividades relacionadas à gestão florestal no Estado do Pará, com especificidade no planejamento, elaboração e execução do processo de concessões florestais. O quadro a seguir demonstra resumidamente os resultados obtidos das ações planejadas na diretoria.

Ações estratégicas:

✓ Concessão Florestal – Mamuru Arapiuns:

Em 2011 o IDEFLOR reformulou e publicou edital para concessão florestal no conjunto de glebas denominado Mamuru – Arapiuns. O edital 001/2011 ofertou um lote de concessão de 150.956,95 ha distribuídos em 3 Unidades de Manejo Florestal – UMF. Segue abaixo mapa de localização do lote.



✓ Concessão Florestal FLOTA Paru:

Em 2011 o IDEFLOR concluiu a elaboração do pré – edital para concessão florestal na Floresta Estadual do Paru (FLOTA Paru). Nessa ocasião o documento indicava um lote de concessão com área de 435.485,33 há distribuídos em 9 Unidades de Manejo Florestal.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Nos dias 03 e 04 de agosto/2011 o pré – edital foi apresentado oficialmente na reunião do Conselho Consultivo da FLOTA no município de Santarém/PA onde o mesmo foi submetido a aprovação. No dia 24 de agosto/2011 foi dada a aprovação da Comissão Estadual de Florestas – COMEF em reunião ocorrida em Belém/PA.

Nos dias 15 e 19 de setembro/2011 a equipe do IDEFLOR esteve presente nos municípios de Almeirim/PA e Monte Alegre/PA para realização de reunião de caráter técnico e elucidativo dos procedimentos e implicações do processo de concessão florestal. Nesta ocasião estiveram presentes os representantes de movimentos sociais, representantes dos trabalhadores e poder público local.

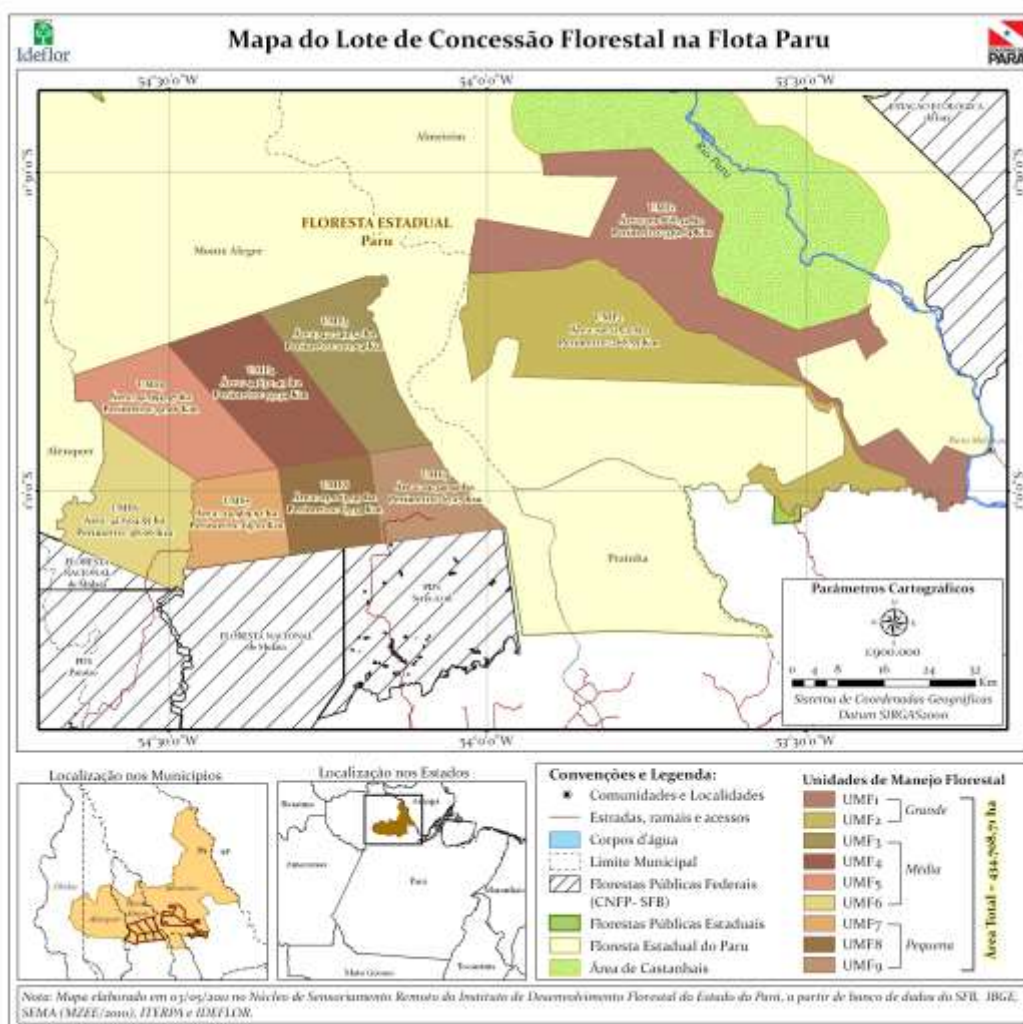
No dia 13/10/2011 o documento foi disponibilizado no site do IDEFLOR para conhecimento e avaliação da sociedade.

Para cumprimento de dispositivo legal, nos dias 05, 07, 11 de novembro/2011 foram realizadas as audiências públicas nos municípios de Almeirim, Monte Alegre e Belém respectivamente. De modo geral o processo de concessão foi bem aceito pela sociedade local ressalvada reivindicações específicas de cada localidade. As audiências contaram com a participação dos seguintes atores: Movimentos sociais, sindicato de trabalhadores, Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Prefeituras e Câmara dos Vereadores.

Finalmente no dia 28 de novembro/2011 o IDEFLOR publicou o edital de concessão para FLOTA Paru que, após a análise das contribuições, apresentou lote de concessão de 434.702,71 ha distribuídos em 9 unidades de manejo florestal. Segue abaixo mapa de localização do lote de concessão com suas respectivas unidades de manejo, os valores mínimos do edital e seus indicadores técnicos:

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



✓ **Centro de Treinamento Florestal:**
- **Contextualização**

Amazônia brasileira é uma das principais regiões produtoras de madeira tropical do mundo. Nesse contexto, o Estado do Pará possui 62,5 % do seu território representado por florestas públicas com potencial para produção de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, além de serviços ambientais em geral.

Ocorre que na região amazônica, a maior parte da exploração madeireira é feita de forma não manejada, a qual gera impactos severos na estrutura da floresta e prejuízos incalculáveis a biodiversidade.

De acordo com Veríssimo (2009), para promover a adoção do manejo florestal é necessário realizar três intervenções. Como primeiro passo, é essencial incentivar a execução de boas práticas de manejo por meio de fomento, capacitação técnica e instrumentos econômicos. Em seguida, é preciso tornar mais eficiente e transparente o sistema de controle e monitoramento florestal para excluir da atividade madeireira as empresas que operam de forma ilegal e predatória. Por fim,

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



é necessário implantar com celeridade as concessões florestais nas florestas nacionais e estaduais de acordo com a Lei de Gestão de Florestas Públicas em vigor no Brasil desde 2007.

Seguindo este raciocínio, o Estado do Pará, através do IDEFLOR (Núcleo de Monitoramento Florestal) vem realizando com êxito o monitoramento das florestas sob seu domínio e segue implantando o sistema de concessões florestais, não apenas em florestas estaduais (UC – FLOTA), mas também em florestas públicas destinadas a este fim. No entanto, em relação ao incentivo de boas práticas de manejo através de capacitação técnica ainda não foram tomadas medidas contundentes para estabelecer, de fato, um referencial em treinamento e capacitação, sob a gerência estadual.

É nesse sentido que surge a oportunidade de implantação de um Centro de Treinamento com a finalidade de preparar e informar a sociedade no que diz respeito a boas práticas de manejo.

Do ponto de vista técnico, existem, no mínimo 5 (cinco), elementos que devem ser contemplados no momento da seleção do local onde será implantado um centro de treinamento, são eles: a) Tamanho da área compatível com a atividade e que garanta, minimamente, o fechamento de um ciclo de corte. Dessa forma, mesmo com caráter meramente didático, os impactos no ambiente são mitigados; b) A área deve estar geograficamente situada em local estratégico. Atendendo esse quesito, é possível atender diferentes públicos que buscam o mesmo fim; c) É fundamental que haja demanda preexistente para cursos e capacitações na atividade. Mesmo que não exista, ainda, demanda bem definida, é fundamental que a sociedade do entorno opere a atividade que pretende ser ofertada como treinamento; d) Fácil acesso para estimular e viabilizar o treinamento de pessoas/grupos que não estão acostumados a transitar em locais confinados e que requerem muitas horas de traslado com dificuldade. Esse requisito incentiva profissionais de diversas áreas de conhecimento a solicitarem treinamentos; e) Por último, é essencial que a área escolhida tenha vocação notória para a prática do manejo.

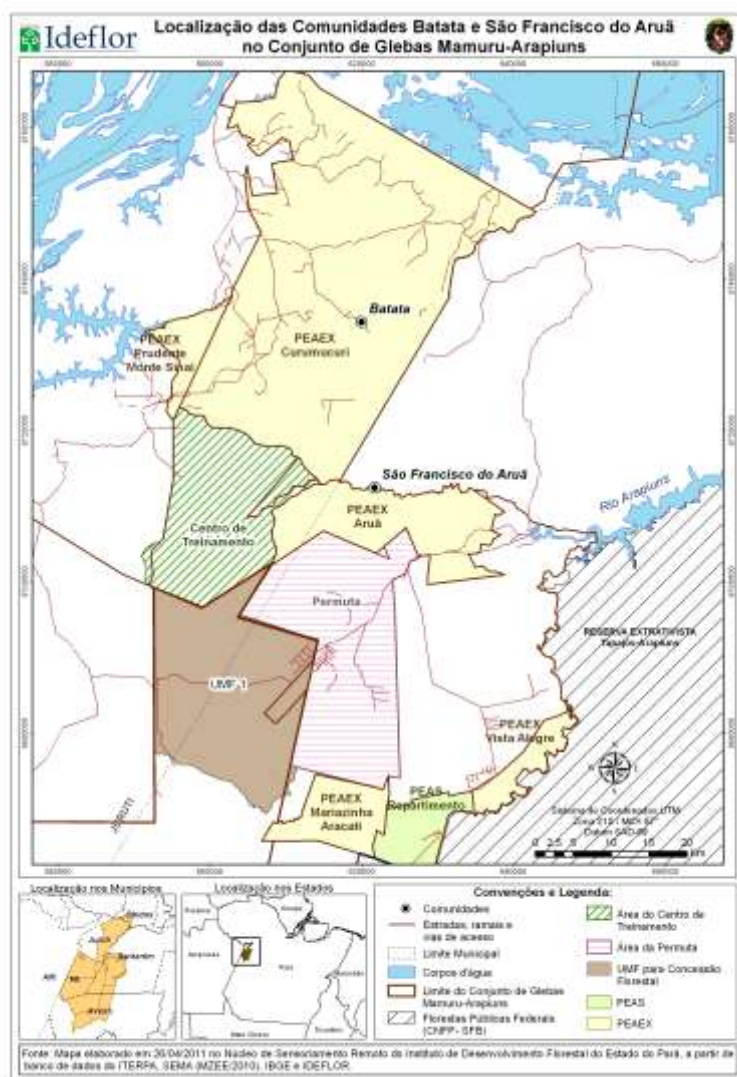
Atualmente o Pará dispõe de área que configura os cinco elementos citados no parágrafo anterior, localizada no Oeste do Estado, mais especificamente na parte sul da Gleba denominada Curumucuri. Seu quantitativo de área é de 33.998,716 ha, possui acesso por estrada e rio, está na circunvizinhança dos municípios de Santarém e Juruti, além de estar rodeada de projetos de assentamentos agroextrativistas, projetos de manejo de particulares, atividade de mineração, projetos de manejo sob regime de concessão florestal e por fim, possui um maciço florestal sem intervenções relevantes de acordo com estudo de vegetação realizado pelo Núcleo de Monitoramento do IDEFLOR.

No dia 01 de julho deste ano, ressaltando as devidas considerações, o Governador do Estado autorizou a publicação do decreto nº. 105 que afetou a área já indicada pelo IDEFLOR para a implantação do centro de treinamento em manejo florestal madeireiro e não madeireiro e neste mesmo ato determinou que o Instituto de Terras do Pará – ITERPA arquivasse os processos administrativos de regularização fundiária.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

A seguir demonstra-se o mapa indicando a localização da área afetada pelo decreto nº. 105 de 01 de julho de 2011:



- Operação Mamuru:

Motivado pela proteção da integridade do maciço florestal que seria utilizado na implantação do centro de treinamento o IDEFLOR provocou a organização de operação denominada Mamuru que contou com a participação dos seguintes atores: IDEFLOR, Secretaria de estado de Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Terras do Pará – ITERPA, Procuradoria Geral do Estado – PGE, Delegacia de Meio Ambiente – DEMA, Batalhão de Polícia Ambiental – BPA, Casa Civil, Ministério Público do Estado – MPE, Prefeitura de Juruti e comunidades locais.

Os objetivos da ação foram: a) Realizar a desocupação da área por parte de pessoas que estariam praticando extração de madeira ilegal; b) Fazer o levantamento antrópico da área; c) Obter dados preliminares para implantação do

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Centro de Treinamento e d) Realizar o ordenamento/regularização territorial dos ocupantes da área que estivessem legítimos.

A ação rendeu resultado positivo e culminou com o levantamento de problemas de ordem fundiária que já se perpetuavam na região. Nessa lógica, para que a implantação do centro de treinamento ocorresse de forma pacífica e sem ressentimentos por parte da população local, se fez necessária a continuidade da operação pelo IDEFLOR que proporcionou a permanência do Batalhão de Polícia Ambiental – BPA na área de agosto/2011 à dezembro/2011 ininterruptamente.

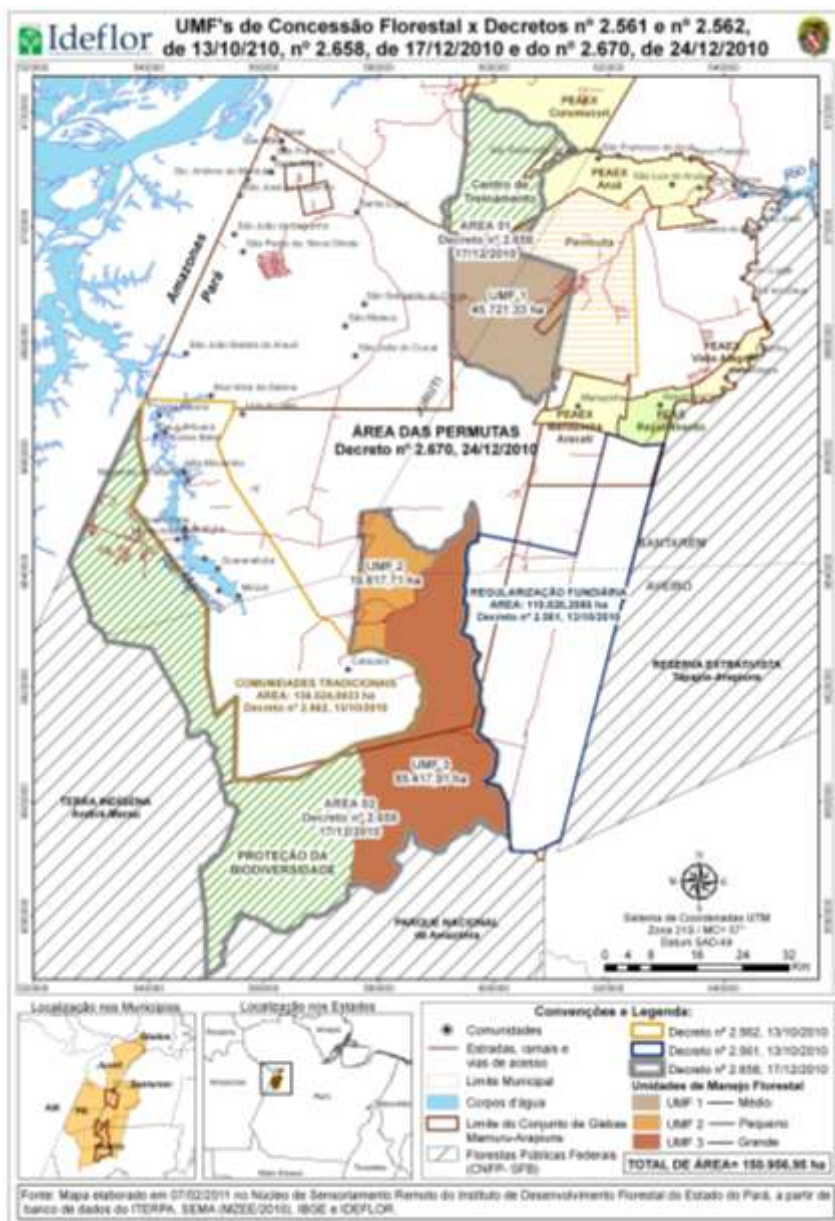
Nesse interim o IDEFLOR promoveu outra ação conjunta com os seguintes propósitos: a) Concluir os trabalhos referentes a regularização fundiária do PEEX Curumucuri; b) Inibir a extração ilegal de madeira e c) Propor junto com a SEMA/PA alternativa de licenciamento simplificado para as comunidades que estariam interessadas em executar atividade madeireira, até que a regularização fundiária fosse concluída.

Tendo em vista o êxito das ações promovidas, a expectativa se dá em cima da continuidade desta operação em 2012 até que a situação esteja plenamente pacificada.

✓ **Retomada de área para concessão florestal:**

Ao final do ano de 2010 o Governo do Estado publicou decreto nº. 2.670 (mapa abaixo) destinando área para regularização de títulos de permuta do Trairão. No entanto, a área selecionada estava sobrepondo lote de concessão florestal publicado anteriormente. Dessa forma, em 2011 houveram esforços no sentido de retomar a área para o objeto inicial (Concessão Florestal). Nesse contexto o Ministério Público Estadual encaminhou, através de ofício, recomendação ao ITERPA no sentido de não regularizar os títulos por entender que o processo havia ocorrido de forma irregular.

Apesar de reconhecer o passivo do Estado em relação as permutas, inicialmente a intenção foi de recuperar a área integralmente e realocar as permutas em outra área, haja vista a existência de território destinado a regularização fundiária pelo decreto nº. 2.561 de 13/10/2010 (mapa a seguir).



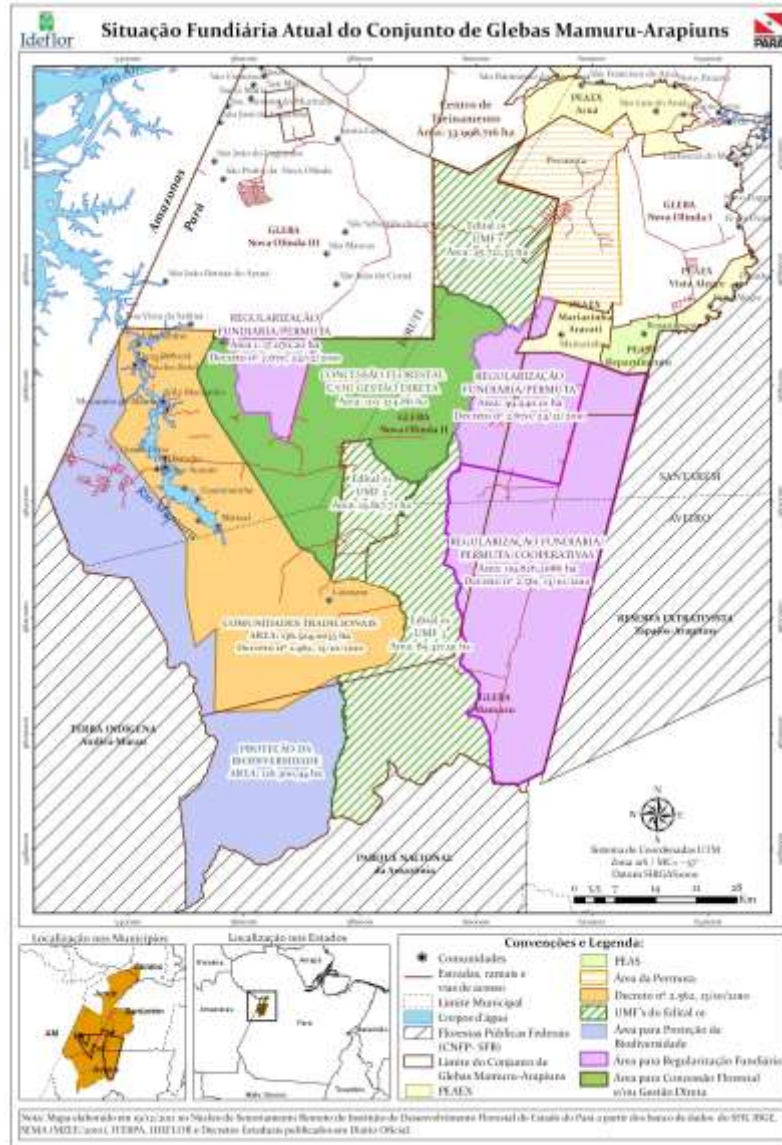
Após inúmeras reuniões junto aos detentores dos títulos de permuta, ITERPA e IDEFLOR, chegou-se aos seguintes encaminhamentos:

- 1 – Da área destinada em 2010 para permuta, 102.000 ha retornariam para concessão florestal (mapa abaixo);
- 2 – As permutas e as cooperativas situadas em aveiro chegariam em um entendimento para compartilharem o mesmo território;
- 3 – As permutas serão regularizadas, desde que se comprometam a praticar manejo florestal sustentável e paguem compensação florestal;
- 4 – Todas as condições e regras estabelecidas estarão dentro de um Termo de ajustamento de Conduta – TAC assinado entre: ITERPA, Detentores de Título de Permuta, Cooperativas envolvidas, Procuradoria Geral do Estado e IDEFLOR.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Segue abaixo mapa descrevendo a situação fundiária atual no conjunto de Glebas Mamuru Arapiuns:



Em análise da ação Promoção do Reflorestamento em Áreas Alteradas, referente à Diretoria de Gestão Florestal, prevista para ser realizada através de recursos próprios, recursos do tesouro e recursos de superávit financeiro observa-se um percentual de realização de 46,70% do programado para o exercício. Nota-se que houve suplementação de recursos próprios, assim como na fonte de superávit financeiro, apesar da sua não utilização na totalidade, havendo um desempenho acima do programado, contudo não realizando a suplementação em sua totalidade, daí o baixo índice de desempenho. Ressaltamos a contenção na liberação de recursos do tesouro pela SEFA e a não operacionalização dos recursos previstos para o FUNDEFLO.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

PTRES	FONTE	Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenhado	Pago	Dotação Disponível	% de REALIZAÇÃO
4796	0101	ODC	240.000,00	216.688,00	26.171,13	26.171,13	190.516,87	
		ODC	320.000,00	746.288,02	431.274,28	431.269,84	315.013,74	
	0261	INV	-	1.346,72	1.345,00	1.345,00	1,72	
	0661	ODC	-	101,33	-	-	101,33	
		INV	-	16.195,75	-	-	16.195,75	
TOTAL				980.619,82		458.785,97		46,79

2.2. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - DDF

A **Diretoria de Desenvolvimento de Cadeias Florestais – DDF**, que está diretamente ligada a Direção Geral do Instituto, atua, principalmente, com a missão de promover o desenvolvimento das populações (extrativistas, quilombolas, projetos de assentamentos e demais comunidades de agricultores familiares) ao entorno das áreas dos Contratos de Transição e das áreas fruto da Concessão Florestal. No exercício 2011, os projetos desenvolvidos se enquadravam, basicamente, nos Programas Estaduais Extrativismo Vivo e Pará Florestal.

Em atendimento ao Programa Extrativismo Vivo, na Ação de **Realização de Estudos de Mercado de Produtos Florestais Extrativistas** foram realizados 02 convênios com: a) **IDESP** para contratação de estudos da cadeia de comercialização de produtos florestais não madeireiros na região de integração Guamá, Baixo Amazonas, Marajó, Xingu e Rio Caeté, cujo produto está passando por readequação, pelo IDESP, para ser entregue ao IDEFLOR; b) **MDS - Ministério do Desenvolvimento Social** para implantação e consolidação de 02 arranjos produtivos locais (APL do Açaí no município de Curralinho e APL da Castanha-do-Brasil, no município de Oriximiná). A não realização até o presente momento se deu em virtude de adequação do Termo de Referência e demora na coleta de preços, em virtude das especificações elencadas no projeto serem de difícil oferta no mercado, assim como a necessidade de adequação do orçamento.

Na Ação de **Elaboração dos Planos de Uso dos Projetos Agroextrativistas e Territórios Quilombolas Estaduais**, foram planejadas as atividades: a) Definição das áreas prioritárias, definição do cronograma e orçamento, elaboração do Plano de Trabalho **PDL Portel**; b) Parcerias firmadas com prefeituras, SEMA, ITERPA, PARA RURAL, ADEPARÁ, Sindicatos e Associações de Trabalhadores de Portel, mobilização de comunidades para o Diagnóstico Rural Participativo e organização da logística; identificação e zoneamento das áreas de uso comunitário, identificação de problemas e potencialidades ao ordenamento fundiário e ambiental e desenvolvimento de atividades econômicas; d) Identificação das condições de saúde, segurança, saneamento, apresentação de relatório parcial.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



Convênio Bolsa Semente (visa a integração de esforços para a execução, em regime de colaboração, dos trabalhos relativos à realização dos cursos de capacitação em economia solidária (incubação) para fornecedores de sementes e mudas florestais, bem como a implementação de 100 bolsas para o público voltado à temática de reflorestamento) – teve como produto a capacitação de 88 jovens em Planos de Negócios, Associativismo, Cooperativismo, Gestão e Comercialização de Produtos. A ação de aquisição de kit's rapel e espora não foi realizado, uma vez que segundo a SETER a licitação deu por duas vezes fracassada e a ação de formalização de três cooperativas para comercialização de produtos da floresta segundo a SETER não foi possível fazer o pagamento de taxas junto a Jucepa e SEFA.

Convênio CNS (objetiva o fortalecimento das atividades agroextrativistas florestais na região do Eixo Forte) - Aquisição de equipamentos para beneficiamento de frutas e outros produtos nos festivais; aquisição de veículos para apoiar festivais; capacitação de agricultores familiares (Plano de Uso e Empreendimentos Agroextrativistas), aproximadamente 32 agricultores familiares capacitados.

Convênio Fundação Orsa: (Visa promover o desenvolvimento de 58 famílias, atualmente 42 famílias, das comunidades Cafezal e Aramanduba, através de práticas sustentáveis de cultivo consorciado de curauá e extrativismo da castanha, com incremento de renda, recuperação de áreas alteradas e manter 2.342ha de floresta preservada e implantar 02 áreas de coletas de sementes) - Aquisição de equipamentos para beneficiamento da castanha e curaua; Capacitação de extrativistas para coleta de sementes florestais.

No **Programa Pará Florestal**, Ação de **Promoção do Reflorestamento em Áreas Alteradas** foi firmado convênio com Jacareacanga para construção de viveiro de produção de mudas de espécies florestais e frutíferas, visando apoiar o restauração florestal com espécies de interesse econômico para a região, atividade em andamento. A DDF realizou várias apresentações e propostas de projeto piloto de Sistemas Agroflorestais (contemplado pela cultura do paricá) em Paragominas e Rondon do Pará com potenciais parceiros (Prefeituras Municipais, técnicos de instituições federais, estaduais e municipais, agricultores familiares e de assentamentos, assim como visita técnica ao SAF plantado na Comunidade C8 e participação na Feira do Produtor, ambos em no município de Goianésia do Pará). Dentre estas atividades apenas a apresentação aos agricultores familiares da Colonia de Uraim deixou de ser realizada em virtude de falta de recursos e disponibilidades de agenda.

Ainda nesta ação foi iniciada a construção da dinâmica do **Projeto da Bacia Hidrográfica do Rio Peixe-Boi**, que visa promover a recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Peixe-Boi (restauração florestal da mata ciliar associado recuperação de áreas alteradas em comunidades de agricultores familiares, através de mecanismos de gestão e controle, recuperação de áreas antropizadas e desenvolvimento de alternativas econômicas sustentáveis. Para isso, foram previstas ações, a) De concepção, estudo, planejamento e articulação institucional; b) Diagnóstico socioeconômico das comunidades do entorno do rio Peixe-Boi; c)

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Estudos para enquadramento do rio e reuniões para a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Peixe-Boi; d) Implantação de áreas de coletas de sementes ACS, de viveiros de mudas e Sistemas Agroflorestais SAF's. As atividades c e d ficaram comprometidas em virtude dos parceiros (UFRA e Diretoria de Recursos Hídricos da SEMA) não terem realizado suas competências. A atividade foi prejudicada em função de corte orçamentário, assim como ausência de mapeamento das áreas e comunidades prioritárias para a criação de ACS, viveiro de mudas e SAF's.

O Projeto Tijolo Verde, dentro da Ação de Promoção do Reflorestamento em Áreas Alteradas, visa garantir a recuperação do passivo ambiental, segurança alimentar e agregação de renda para o agricultor familiar, através do fornecimento de matéria-prima para o setor oleiro- cerâmico da Região. Suas atividades tiveram início em novembro de 2011 com a produção de mudas em São Miguel do Guamá e Irituia, tendo outras diversas ações previstas para os exercícios de 2012 e 2013.

✓ UNIDADE REGIONAL DE CARAJÁS-2011

O Ideflor trabalhou com dois programas de governo em 2011 criados no Plano Plurianual – PPA 2208-2011: O PROGRAMA PARÁ FLORESTAL e o PROGRAMA EXTRATIVISMO VIVO, os quais foram delineados em ações com priorização em sua efetivação junto as Unidades Regionais do Estado ao longo do exercício de 2011.

1. PROGRAMA PARÁ FLORESTAL:

Este programa se consolida em ações de estruturação e de desenvolvimento do setor florestal, tais como *Apoio a Projetos Sustentáveis, Apoio ao Manejo Comunitário, Agregação de Valor aos Produtos extrativistas, Madeireiros e Não-Madeireiros, Construção da Estrutura Física do IDEFLOR, Fortalecimento de Cadeias Produtivas Florestais, Implantação de Estruturas Regionais, Implementação do FUNDEFLO e Implementação do Sistema de Concessões Florestais, Promoção do Manejo Florestal Sustentável e Extrativismo no Estado do Pará e Promoção do Reflorestamento em Áreas Alteradas.*

No ano de 2011 foram priorizadas as atividades de **Fomento ao Reflorestamento**, a partir do Convênio já celebrado com a ONG Fundação Água Viva que teve como objeto a produção de 180 mil mudas de espécies florestais e frutíferas. Dentre as atividades previstas foi realizado no Município de Marabá, a distribuição de mudas diversas para fins de produção e reflorestamento as comunidades rurais indicadas por instituições vinculadas ao Governo do Estado, tais como SAGRI e EMATER, além desta Instituição.

A outra ação em destaque do Programa no exercício de 2011 se traduziu na atividade de **Capacitação em Produção de Mudas Agroflorestais**, com a realização de um curso destinado à comunidade PA Fazenda São Jorge no Município de Marabá/ PA, envolvendo 30 pessoas.

2. PROGRAMA EXTRATIVISMO VIVO:

O segundo programa, inserido após a aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA-2009 buscou incentivar o desenvolvimento da política de extrativismo no Estado do Pará operacionalizado através do Convênio com a ONG Fundação

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Floresta Protegida que teve objeto de celebração o **Fomento a produção indígena de Castanha do Pará na região de Integração do Araguaia** e se consolidou com a viabilização de transporte por via fluvial para o escoamento da produção obtida pela etnia indígena kayapó, através do repasse de um barco com estrutura metálica completa para a comunidade Indígena Moikarakô, da etnia Kayapó, localizada no Município de São Félix do Xingú/ PA.

3. OUTRAS ATIVIDADES:

Esta diretoria no âmbito de sua missão setorial e impulsionada para o alcance do objetivo do Programa Pará Florestal, que tem como foco principal o desenvolvimento da economia florestal local, recebe e atende muitas demandas para serem realizadas. Assim, cabe registrar algumas ocorrências ao longo do ano de 2011: Solicitação de apoio a Projeto de Implantação de Unidades Demonstrativas de SAF's em São Geraldo de Araguaia em propriedades da APA Serra das Andorinhas e Viveiro Agroflorestal. Parceiros Locais: SEMA, EMATER, SAGRI, STTR e SEMAGRI; Fomento à implantação de unidades demonstrativas de SAF's em Nova Ipixuna (Projetos de Assentamento Lago Azul e Tocantins); Fomento à implantação de viveiro agroflorestal em São Domingos do Araguaia/ PA, em parceria com prefeitura e Nova Ipixuna/ PA; Apoio à cadeia produtiva do Babaçu através de parceria com MIQCB.

Ainda dentro deste contexto é importante destacar a **reativação da Unidade Regional de Carajás, que em função da grande demanda** que teve suas atividades paralisadas para que se fizesse uma nova agenda de trabalho de maneira atender a região. A Unidade Regional passou a funcionar no prédio da SAGRI no Município.

PTRES	FONTE	Nome Grupo Despesa	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Atualizada	Empenhado (R\$)	Pago (R\$)	Dotação Disponível (R\$)	% de REALIZAÇÃO
4797	0101	ODC	40.000,00	40.000,00	11.359,50	11.359,50	28.640,50	
4798			30.000,00	30.000,00	3.227,00	3.227,00	26.773,00	
4800			1.346.418,00	1,00	-	-	1,00	
6173			80.000,00	78.000,00	-	-	78.000,00	
6183			65.000,00	42.980,00	-	-	42.980,00	
6184			170.000,00	51.000,00	337,50	337,50	50.662,50	
6185			20.000,00	20.000,00	-	-	20.000,00	

4797			370.000,00	690.808,30	416.365,74	416.285,74	274.442,56	
4798			190.000,00	149.976,14	14.900,26	14.900,26	135.075,88	
4800			3.582,00	3.582,00	-	-	3.582,00	
6052			259.988,00	12.164,62	5.093,98	5.093,98	7.070,64	
6173			120.000,00	12.000,00	-	-	120.000,00	
6174			-	30.000,00	-	-	30.000,00	
6183			305.000,00	122.330,98	69.512,77	69.512,77	52.818,21	
6184			452.540,00	263.929,48	9.791,45	9.791,45	254.138,03	
6185	0261	ODC	80.000,00	80.000,00	32.129,66	32.129,66	47.870,34	
4797			84.120,00	95.980,72	8.040,00	8.040,00	87.940,72	
4798			80.000,00	80.000,00	-	-	80.000,00	
6174			63.320,00	33.320,00	15.635,00	15.635,00	17.685,00	
6183	0261	INV	150.000,00	-	-	-	-	
4797			-	105.592,75	73.538,75	73.538,75	32.054,00	
6183			-	335.000,00	-	-	335.000,00	
6184			-	14.517,75	-	-	14.517,75	
6800	0661	ODC	-	20.569,10	20.569,10	20.569,10	-	
6800	0661	INV	-	180.303,00	180.303,00	180.303,00	-	
TOTAL				2.492.055,84		860.723,71		34,54

Conforme demonstrado, na planilha orçamentária e financeira, o percentual de realização foi de 34,5% em virtude do quadro técnico do Instituto ser reduzido, assim como da necessidade de readequação da agenda da Diretoria para enquadramento dentro das diretrizes do novo governo. Ressaltamos que não contabilizamos o programado com recursos do Fundeflor, uma vez que o fundo não entrou em operacionalização no exercício de 2011.

2.3. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - DAF

A **DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – DAF**, dentre suas principais atividades, buscou à melhoria da operacionalização e controle das ações administrativas e financeiras, através da eficiência no desenvolvimento dos trabalhos realizados pelas suas gerências e coordenadoria, assim como, comungou esforços para a melhoria da qualidade do gasto público. Na Gerência Orçamentária e Financeira implantou o sistema IBG do Banpará, para realização de pagamentos e emissão de extratos bancários de contas correntes e contas caução diretamente pelo Órgão; efetuou o cadastro no Sistema de Arrecadação da SEFA, para um efetivo acompanhamento da receita realizada; Juntamente com a Gerência de Material, Patrimônio e Logística executou a reestruturação física do IDEFLOR, com adequação de suas instalações; tomou medidas de contenção de despesas com base no Decreto nº05/2011 e readequou os bens móveis e equipamentos das Regionais. Com a Gerência de Gestão de Pessoal voltou-se para a capacitação dos servidores, assim como à adequação do quadro de pessoal do IDEFLOR e com a Coordenadoria de Informática trabalhou na reorganização e aparelhamento do Instituto.

GERÊNCIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em janeiro de 2011 o quadro de pessoal encontrava-se assim distribuído:

QT.PESSOAL	METROPOLITANA	BAIXO AMAZONAS	CARAJÁS	XINGÚ	CEDIDO P/SEMA TUCURUÍ	TOTAL
EFETIVO	27	2	1	1	1	32
COMISSIONADO	27	2	1	1	0	32
TEMPORÁRIO	3	0	0	0	0	3
TOTAL	57	4	2	2	1	67

TOTAL FOLHA DE PAGAMENTO EM JANEIRO DE 2011: R\$184.374,73

Após reunião de avaliação do pessoal mínimo necessário para realização das atividades do Instituto e através da reestruturação do quadro de pessoal da sede e regionais, o IDEFLOR apresentou em dezembro de 2011 a seguinte constituição: 71 servidores. Sendo 37 servidores efetivos, 23 comissionados e 11 temporários, destes 58 trabalham na sede, 13 nas Regionais, incluindo um cedido para a SEMA de Tucuruí, conforme quadro abaixo a seguir:

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



QT.PESSOAL	METROPOLITANA	BAIXO AMAZONAS	CARAJÁS	XINGÚ	CEDIDO P/SEMA TUCURUI	TOTAL
EFETIVO	31	3	1	1	1	37
COMISSIONADO	22	1	0	0	0	23
TEMPORÁRIO	5	2	2	2	0	11
TOTAL	58	6	3	3	1	71

TOTAL FOLHA DE PAGAMENTO DE DEZEMBRO DE 2011: R\$206.514,77

Em atendimento ao **Programa de Valorização do Servidor** este Instituto privilegiou a capacitação de 34 servidores, tanto da sede quanto das Regionais, assim como participações em cursos da grade normal da Escola de Governo e participações em Encontros, Seminários, Congressos e Fórum, conforme abaixo:

SERVIDOR	ATIVIDADE
RENAN	GESTORES DE TIC DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
DANIELLE	INTEGRADO DE EXECUÇÃO CONTÁBIL ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO SERVIÇO PÚBLICO
CATARINA	RETENÇÕES NA FONTE - IRRF/PIS/PASEP/COFINS/CSLL/INSS/ISS
FLÁVIO	RETENÇÕES NA FONTE - IRRF/PIS/PASEP/COFINS/CSLL/INSS/ISS
PHILLIPE	RETENÇÕES NA FONTE - IRRF/PIS/PASEP/COFINS/CSLL/INSS/ISS
IARA	QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO
JUSANE	QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO
CATARINA	SIAFEM GERENCIAL
PHILLIPE	SIAFEM GERENCIAL
CATARINA	PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SERVIÇO PÚBLICO
FLÁVIO	PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SERVIÇO PÚBLICO
PHILLIPE	PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SERVIÇO PÚBLICO
RAQUEL	PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SERVIÇO PÚBLICO
SORAYA	PRESTAÇÃO DE CONTAS NO SERVIÇO PÚBLICO
CATARINA	TCE-PA E JURISDICIONADOS
SORAYA	TCE-PA E JURISDICIONADOS
FLÁVIO	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PHILLIPE	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
CATARINA	CAPACITAÇÃO BÁSICA DO ICMS/ISS
LARISSA	ENTENDENDO A GFIP/SEFIP 8.4 NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AMANDA	INTEGRAÇÃO DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO – ADC
ROSÂNGELA	SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
CATARINA	CONTABILIDADE PÚBLICA AVANÇADA
FLÁVIO	CONTABILIDADE PÚBLICA AVANÇADA
ESTEVAM	GERENCIAMENTO DE MANEJO E EXPLORAÇÃO DE IMPACTO REDUZIDO
JEFFERSON MOREIRA	GERENCIAMENTO DE MANEJO E EXPLORAÇÃO DE IMPACTO REDUZIDO
SELMA	GESTÃO DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SELMA	PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS
EDSON	SISTEMAS AGROFLORESTAIS
ESTEVAM	SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

HANOICA	SISTEMAS AGROFLORESTAIS
KARINA	SISTEMAS AGROFLORESTAIS
ROSÁLIA	SISTEMAS AGROFLORESTAIS
EDSON	GESTÃO DE CONFLITOS EM CADEIAS DE VALOR DA SOCIOBIODIVERSIDADE
LARISSA	INSTRUÇÃO PROCESSUAL - CONHECIMENTO EM BUSCA DA EXCELÊNCIA
SELMA	INSTRUÇÃO PROCESSUAL - CONHECIMENTO EM BUSCA DA EXCELÊNCIA
ANA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
BENITO	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
CARLA REGINA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
CATARINA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
CLEBERSON	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
DANIELLE	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
DOUGLAS	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
EDILSON	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
EDUARDO	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
ESTEVAM	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
FLÁVIO	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
HANOICA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
HILDA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
ISRAEL	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
KARINA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
MARÍLIA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
MARLENE	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
OYAMA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
PHILLIPE	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
POLLYANNA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
PRISCILLA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
ROSÁLIA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
SORAYA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
ZILMA	FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
BENITO	PROJETO ALMERIM SUSTENTÁVEL: "MEIO AMBIENTE, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE"
SELMA	AGENTE DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO - ADC

GERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No exercício de 2011 o orçamento liberado para o IDEFLOR foi de R\$13.013.819,00 (treze milhões, treze mil, oitocentos e dezenove reais) assim distribuído:

Especificação	Fonte	Valor(R\$)
Recursos do Tesouro	0101	4.842.171
Fundo Estadual de Desenvolvimento Florestal	0253	4.200.000
Recursos Próprios diretamente arrecadados pela Adm Indireta	0261	3.971.648
T O T A L		13.013.819

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

Em dezembro de 2011, conforme relatório DIOPA – Demonstrativo de Informações do Orçamento Programa Anual temos os seguintes registros orçamentários:

Inicial	Suplementada	Cancelada	Contida	Transferida	Empenhada	Disponível	Liquidada
13.013.819	2.823.058,46	2.717.595,39	626.653,46	348.609,05	4.890.328,70	7.253.690,86	4.890.328,70

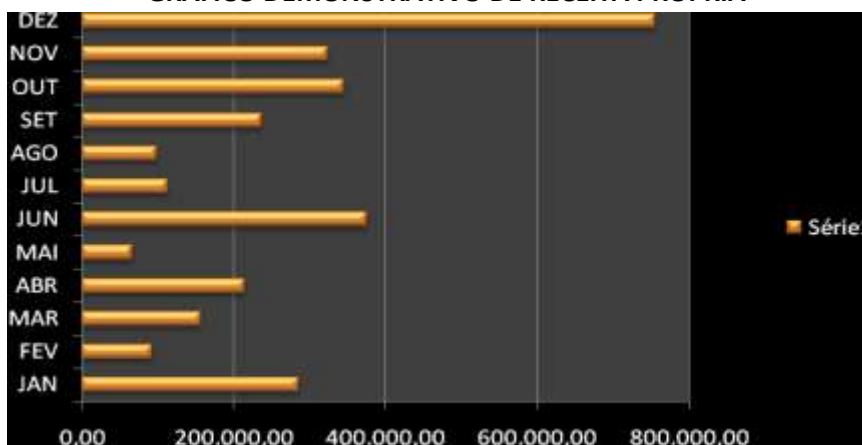
Do total dos recursos planejados e disponibilizados, ficou sem aplicação o valor de quatro milhões e duzentos mil reais (R\$ 4.200.000,00), referente ao FUNDEFLORES visto que o mesmo não entrou em operacionalização neste exercício. Assim, o percentual de realização do orçamento do Instituto em 2011 foi de 62%. Cabe registrar que tais atividades foram tempestivamente desempenhadas no decorrer do exercício de 2011 em observância às normas aplicadas à matéria.

Receita:

A receita própria do Ideflor, baseada principalmente nos contratos de transição, oriundos de movimentação dos volumes de madeira realizada pelos detentores de manejo florestal, mostraram uma arrecadação bastante variável durante o exercício, conforme abaixo demonstrado:

MÊS	VALOR(R\$)	ACUMULADO em 2011(R\$)
JAN	285.139,29	285.139,29
FEV	91.980,39	377.119,68
MAR	157.848,72	534.968,40
ABR	215.789,09	750.757,49
MAI	66.218,89	816.976,38
JUN	376.075,15	1.193.051,53
JUL	114.360,02	1.307.411,55
AGO	99.846,35	1.407.257,90
SET	237.142,24	1.644.400,14
OUT	345.902,60	1.990.302,74
NOV	324.925,19	2.315.227,93
DEZ	755.297,08	3.070.525,01

GRÁFICO DEMONSTRATIVO DE RECEITA PRÓPRIA



Missão institucional

Despesa de Contratos:

Contratos Utilidade Pública	VALOR(R\$)
Telefonia Fixa	21.982,63
Telefonia Móvel	9.141,71
Energia Elétrica	32.581,50
Abastecimento(Água)	2.141,50
Combustível	36.557,06
Correio	6.677,17
Imprensa Oficial	20.340,60
TOTAL	129.422,17

Nessa rubrica houve uma redução percentual de 6% no valor total, em relação ao exercício anterior. Em todos os itens houve redução, com exceção do item Combustível que apresentou um acréscimo acentuado em virtude dos gastos com a missão de Juruti, da Diretoria de Gestão Florestal, voltada a resguardar e proteger a área onde funcionará o Centro de Treinamento.

Contratos de Serviços	VALOR(R\$)
Detetização/Desratização	3.438,00
Locação de Copiadora	4.158,92
Limpeza da Caixa d'água	740,00
Manutenção de Veículos	11.923,90
Passagens Aéreas	24.740,35
Vigilância da sede	102.648,65
Limpeza e Conservação da sede	52.950,60
Manutenção de Equipamentos de Refrigeração	18.177,80
Seguros de Veículos	49.000,00
Aluguél do prédio da sede	45.493,70
Licença de software	5.000,00
TOTAL	318.271,92

Outros contratos

Especificação	VALOR PAGO(R\$)
Equipamentos de Informática	26.109,88
Aquisição de Carimbos	894,00
Aquisição de Impressos	979,00
Pintura predial	22.099,50
Licença Microsoft	10.015,80
Sistema de armazenamento de dados	68.000,00
Aquisição de divisórias	12.300,00
TOTAL	140.798,18

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

GERÊNCIA DE MATERIAL, PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA

A Gerência funcionou com uma equipe de 07 servidores sendo 01 na função de gerente, 01 responsável pela elaboração e controle de contratos e convênios além das rotinas da aquisição de bens e serviços; 01 agente operacional/efetivo responsável pela manutenção do mobiliário e instalações e auxílio no controle do patrimônio; 01 na função comissionada de Secretária de Diretoria, 01 responsável pelas rotinas de compra e entrega de material; 01 responsável pelo Protocolo; 02 motoristas.

II – Recursos Gastos

DESCRIÇÃO DO RECURSO	VALOR
Material de consumo	R\$ 60.569,30
Serviços	R\$ 995.364,03
Material Permanente	R\$ 102.156,01

III – Bens Adquiridos

❖ Veículos

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR UNITÁRIO	QDT.	VALOR TOTAL
1	Veículo passeio 1.0, 4c, 65cv, 4 portas, ar, gasolina	15.04.11	R\$ 30.888,88	1	R\$ 30.888,88
TOTAL				1	R\$ 30.888,88

❖ Mobiliário

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR UNITÁRIO	QDT.	VALOR TOTAL
1	Cofre em aço eletrônico, 50x41x40cm	30.05.11	R\$ 1.345,00	1	R\$ 1.345,00
2	Cavalete em alumínio para quadro magnético	25.10.11	R\$ 185,00	1	R\$ 185,00
TOTAL				2	R\$1.530,00

❖ Equipamentos Para Processamento de Dados

ITEM	DESCRIÇÃO	DATA	VALOR UNITÁRIO	QDT.	VALOR TOTAL
1	Impressora matricial, 80 colunas, veloc. 337 cps	31.08.11	R\$ 489,50	2	R\$ 979,00
2	Impressora laser Color 600X600DPI, 12PPM	15.09.11	R\$ 898,88	1	R\$ 898,88
3	Gravador de DVD, externo	16.09.11	R\$ 159,99	1	R\$ 159,99

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

4	Notebook core 2 duo de 2.4GHZ, 4gb, 250HD	16.09.11	R\$ 3.624,63	2	R\$ 7.249,26
5	Storage p/ 16HD's sas de conexão automática	21.09.11	R\$ 68.000,00	1	R\$ 68.000,00
6	Acess Point core 2 duo quad de 3.0ghz,hd160GB	07.10.11	R\$ 195,66	3	R\$ 586,98
7	Computador Core 2 duo quad de 3.0 3gb 160	07.10.11	R\$ 2.212,10	8	R\$ 17.696,80
8	Monitor de 19`` Benq	07.10.11	R\$ 399,90	8	R\$ 3.199,20
9	Teclado USB c3 tec	07.10.11	R\$ 188,00	8	R\$ 1.504,00
10	Fone de ouvido com microfone	25.11.11	R\$ 11,73	30	R\$ 351,90
TOTAL				64	R\$ 100.626,01

IV – Estoque no Almoxarifado

❖ Material de Consumo (suprimento de aproximadamente 06 meses)

MATERIAIS DE EXPEDIENTE	R\$ 20.298,76
FORMULÁRIOS E IMPRESSOS	R\$ 262,20
MATERIAL DE ENSINO	R\$ 389,26
MATERIAL ELÉTRICO	R\$ 411,60
PEÇAS PARA VEÍCULOS	R\$ 36,00
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	R\$ 566,25
MATERIAL PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	R\$ 116,62
MATERIAL GRÁFICO	R\$ 356,69
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	R\$ 49,00
MATERIAL DE INFORMÁTICA	R\$ 35.866,59
MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/ IDENTIFICAÇÃO	R\$ 423,47
SOMA	R\$ 58.776,44

❖ Material Permanente

EQUIPAMENTOS DE AUDIO VÍDEO E FOTO	R\$ 1.809,03
EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	R\$ 938,00
MOBILIÁRIOS	R\$ 159,40
EQUIPA. E ACESSÓ PARA PROCES. DE DADOS	R\$ 7.249,26
EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	R\$ 3.646,00
SOMA	R\$ 13.801,69
TOTAL GERAL	R\$ 72.578,13

V – Perfil do Patrimônio (Material Permanente)

Cadastrados 79 bens no ano de 2011, totalizando 1.191 bens cadastrados no SISPATH.

No primeiro semestre de 2011 foram desativadas duas Unidades Regionais: UR de Cametá e UR de Itaituba, onde o Patrimônio das mesmas foi incorporado pela Sede e pela UR de Santarém.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2011



COORDENADORIA DE INFORMÁTICA

Em 2011 foi realizado o planejamento da reestruturação da área de informática do Instituto onde foram montados cenários e traçado as melhores alternativas para utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

Dentro das atividades rotineiras da Coordenadoria foram realizadas avaliações de equipamentos, softwares e soluções para compor o novo cenário da estruturação. Assim como, aquisições de equipamentos através de adesão a atas e licitações, contratação de empresa de assistência técnica para manutenção de equipamentos.

Foi encaminhada para apreciação, revisão final e aprovação minuta da Instrução Normativa que contém normas e regras que irão nortear o uso da tecnologia no Instituto.

A Coordenadoria acompanhou a organização do novo layout do site do Ideflor e iniciou o desenvolvimento do sistema para a área orçamentária, o qual irá controlar e gerenciar as dotações orçamentárias do Instituto.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Assessoria de Comunicação do Ideflor é o departamento responsável pela divulgação das ações, ou seja, é quem faz ligação entre o órgão e a sociedade em geral, além de também fazer o controle do fluxo de informação que é veiculado na imprensa.

Atualmente a principal ferramenta de comunicação social do Ideflor é o site institucional (www.ideflor.pa.gov.br), que funciona como poderosa ferramenta de integração do Instituto com os seus colaboradores e público de relacionamento, onde são apresentadas as principais notícias e informações de interesse do setor e gestão florestal e os principais resultados alcançados pelo Instituto, além de permitir acesso a mapas técnicos de áreas de domínio do órgão, assim como fotos, documentos técnicos, entre outros.

O Ideflor preza pela transparência na gestão, através de ações que visam ampliar a divulgação institucional em todo o Estado do Pará e dar ciência de suas atribuições à sociedade, bem como das principais ações realizadas pelo instituto frente à gestão florestal no Estado.

No ano de 2011 o Ideflor teve suas matérias publicadas no portal de notícias do governo do Pará (www.agenciapara.com.br) e reproduzidas em sites de notícias, blogs, revistas, rádios, jornais impressos, mídias sociais, etc. Além disso, o diretor geral do órgão participou de entrevistas ao vivo em programas de TV e de rádio.

A comunicação interna do Instituto é fortalecida por meio da intranet, instrumento no qual todos, além da Ascom, os servidores podem postar conteúdos de interesse público. Além disso, a Assessoria de Comunicação ainda divulga informações por meio de murais informativos de avisos, de publicações, modelos de documentos, cooperação em eventos, outros.

Missão institucional

Promover o desenvolvimento sustentável dos diferentes segmentos florestais, por meio de políticas e da gestão de florestas no Estado do Pará, garantindo a transparência e a democratização dos benefícios para a sociedade.

3. PERSPECTIVAS

1. Concessão Florestal

- Floresta Estadual do Paru:

Assinatura de 9 contratos de concessão florestal até abril de 2012, gerando um total de área equivalente a 435.000 hectares de floresta manejada nos municípios de Ameirim e Monte Alegre.

- Conjunto de Glebas Mamuru – Arapiuns:

Publicar edital de Concessão Florestal ofertando 69.000 hectares de floresta, distribuídas em 2 Unidades de Manejo até setembro de 2012, conforme destinação dada pelo decreto nº. 354 de 23 de fevereiro de 2012.

- Floresta Estadual do Iriri:

Contribuir junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/PA com a elaboração do Plano de Manejo da FLOTA com os seguintes estudos: a) Estudo de Vegetação; b) Inventário Florestal Amostral. Além de cooperar na elaboração dos termos de referência para contratação dos seguintes estudos: a) Estudo Socioeconômico; b) Estudo de Biodiversidade.

- Centro de Treinamento para Manejo Florestal Madeireiro e Não Madeireiro:

Execução de Inventário Florestal Amostral que subsidiará a elaboração e publicação de edital para concessão de 33.000 hectares onde será implantado um centro de treinamento e difusão tecnológica no município de Juruti/PA para atender a demanda comunitária e empresarial.

2. Ações voltadas às comunidades tradicionais:

- Elaboração de Plano de Desenvolvimento Local nas comunidades dos rio: Aruã e Maro, através de convênio a ser firmado com a Universidade Federal do Oeste do Pará. Sendo esperados os resultados que seguem: a) Elaboração do PDL; b) Implantação de Áreas de Coleta de Sementes – ACS; c) Implantação de Viveiro Florestal; d) Implantação de unidades experimentais de Sistemas Agroflorestais e e) Inventário Florestal Amostral.

- Elaboração de Plano de Desenvolvimento Local nas comunidades do município de Portel, através de cooperações firmadas com o Sindicato dos trabalhadores Rurais - STTR, Prefeitura municipal de Portel e ITERPA. Essa ação passa pela regularização fundiária de aproximadamente 250.000 hectares de território de domínio e uso comunitário.

- Elaboração da Política Estadual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar através de contratação de consultoria jurídica e técnica, colaboração da sociedade civil organizada e órgãos do Estado, instituídos pelo decreto estadual nº 217, de 22/09/2011 e nomeados pela Portaria nº 438/2011-GAB/IDEFLOR, DE 25/11/2011.

3. Plano Anual de Outorga Florestal (Paof 2012).